

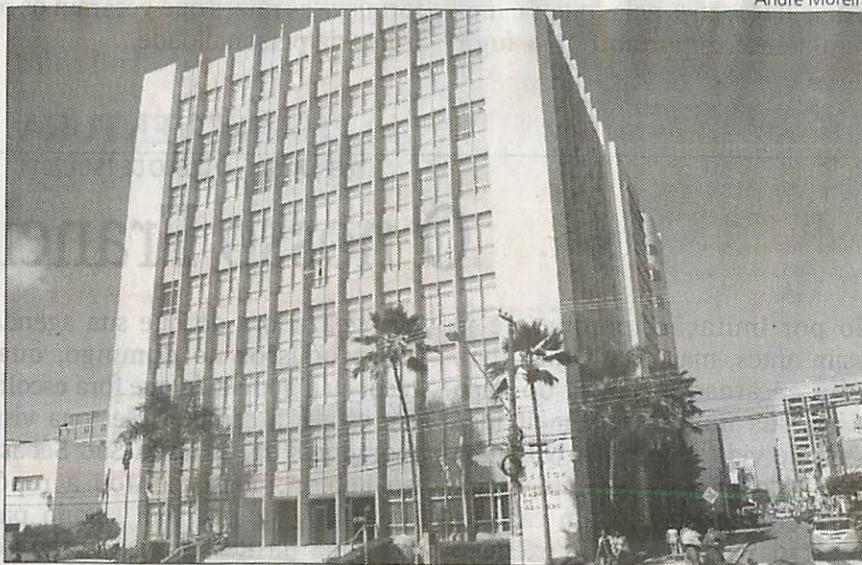
TJ/SE recebeu mais de 147 mil processos eletrônicos

André Moreira

A Justiça brasileira encerrou o ano de 2013 com mais de um milhão de ações tramitando no sistema do processo judicial eletrônico, o PJe, desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em parceria com os tribunais. Em Sergipe, o Tribunal de Justiça recebeu em seu acervo 147.784 processos eletrônicos, perfazendo 50,66%, de um total de 291.698 processos/procedimentos novos ajuizados. De acordo com o diretor de modernização judiciária do TJ, Romualdo Prado Júnior, o PJe é um facilitador de trabalho.

Dentre as facilidades do processo eletrônico, Romualdo destaca as comunicações eletrônicas oficiais por meio de caixa de recebimento pela Defensoria Pública, Ministério Público, Procuradorias do Estado de Sergipe e do Município de Aracaju; expedição e devolução de mandados para cumprimento por oficiais de justiça por meio eletrônico, reduzindo quase na metade do tempo o cumprimento do ato; maior gerenciamento dos processos por relatórios de controle de atividades processuais, que impulsionam os processos. Ele destaca, ainda, o controle eletrônico dos prazos processuais, com sinalização de vencimento na própria tela do computador; e acesso mais preciso e fácil do processo judicial aos usuários externos.

Com relação à implantação, Romualdo disse que o TJ vem adotando o processo eletrônico respeitando grupos de competência. Assim, de 2006 a 2008, foram implantados no Sistema dos Juizados Especiais; em 2008 ainda foram implantados processos eletrônicos na 22ª Vara Cível de Execução Fiscal, Vara de Execuções Criminais e na Vara da Infância e Juventude, todas da Comarca de Aracaju. De 2011 a 2013 foram implantadas em todas as varas com competência exclusivamente cível.



Agora a pretensão é avançarmos para as varas criminais e as comarcas de competência plena, cuja implementação ainda não possui uma data certa de implantação.

TRABALHO

Segundo o CNJ, a Justiça do Trabalho foi a que mais avançou na utilização do PJe, com mais de 900 mil processos distribuídos pelo sistema eletrônico. Na Justiça estadual, foram mais de 120 mil ações. Em Sergipe, a implantação do PJe no Ministério Público do Trabalho (MPT) começou em 2012. “Desde então, nas ações ajuizadas em 2012, qualquer manifestação processual do MPT passou a ser digital como, por exemplo, ajuizar ações judiciais, apresentar pareceres, interpor re-

ursos, entre outros”, disse o procurador-chefe do MPT, Raymundo Lima Ribeiro Júnior.

Ele lembra que no início da implantação do PJe houve uma dificuldade natural, uma vez que os processos deixaram o papel para tornar-se totalmente digitais. Hoje, existem alguns problemas pontuais, a exemplo de falhas operacionais nas intimações. Raymundo Júnior explica que houve melhoras em virtude da implantação da PJe, pois o sistema oferece mais pontos positivos do que negativos. Uma das vantagens é poder acessar o processo a qualquer tempo e lugar, bastando que o usuário tenha acesso à internet. Quanto ao benefício à sociedade, o procurador chefe disse que a modernização foi importante, embora o impacto social não possa ser apontado ainda.

PROCESSO eletrônico do TJ/SE facilita as comunicações eletrônicas oficiais entre Defensoria Pública, Ministério Público, Procuradorias do Estado e do Município

CONSOLIDAÇÃO

“O PJe vem se consolidando como uma ferramenta segura para a otimização e o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional”, afirmou o conselheiro Saulo José Casali Bahia, presidente da Comissão de Tecnologia da Informação e Infraestrutura do CNJ.

A Justiça do Trabalho já implantou o processo judicial eletrônico (PJe) em mais de 900 varas, distribuídas por todos os tribunais regionais. O TRT da 1ª Região, por exemplo, já implantou o sistema em mais de 100 de suas varas. Alguns Tribunais do Trabalho já o implantaram em todas as Varas.

Na Justiça estadual, sete tribunais já começaram a trabalhar com o PJe: Pernambuco, Rio Grande do Norte, Minas Gerais, Paraíba, Mato Grosso, Maranhão e Roraima. Na Justiça Federal, o Tribunal da 5ª Região utiliza o sistema em 83 de suas 117 varas, e já foi decidido pelo Conselho da Justiça Federal, em dezembro passado, que os TRFs devem apresentar plano de adequação para a adoção efetiva do PJe.

“O processo eletrônico já é realidade em todo o País. O PJe é um modelo de avanço tecnológico, e representa um ganho para os brasileiros diante dos resultados da agilização da prestação jurisdicional”, disse o conselheiro Casali Bahia.

No dia 17 de dezembro, o CNJ aprovou resolução estabelecendo a unificação gradativa de todos os sistemas até 2018. A resolução instituiu um comitê gestor para a implantação do PJe nos tribunais estaduais, o que, na avaliação de Casali Bahia, deve dar um grande impulso na utilização do sistema na Justiça estadual. Além disso, a Justiça Eleitoral vem trabalhando num cronograma de implantação do PJe nos tribunais eleitorais a partir de 2014.